

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POLITECNIA: POSSIBILIDADE DE MELHORIA SOCIAL EM UMA SOCIEDADE CINDIDA EM CLASSES?

Lúcia Xavier Gonçalves

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
lucia.x.goncalves@gmail.com

Resumo: O presente ensaio trata da concepção de educação politécnica e formação humana integral, no cenário neoliberal no final do século XX e início do século XXI, em uma sociedade marcada pela desigualdade social nas relações de emprego e educação. Nos anos de 1990 é possível perceber uma regressão no campo educacional, com o Decreto 2.208/97, quando acontece a desarticulação do ensino profissional na educação básica, cedendo ainda mais espaço às necessidades unilaterais da produção, próprios de um capitalismo subordinado e dependente que acontece no Brasil nesta época. A ideologia da competência e da empregabilidade toma conta do ideário dos brasileiros, propagando o conceito de igualdade de direitos e oportunidades, como se todos tivessem as mesmas condições de ascensão acadêmica, profissional e social, cabendo a cada um, individualmente conquistar seu espaço. No que tange as relações de emprego, a desigualdade social é agravada quando, a partir dos anos 2000, temos a perda de direitos fundamentais da classe trabalhadora. E sob esta perspectiva que buscaremos a resposta para a seguinte questão: como as dinâmicas sociais, profundamente contraditórias, fundamentadas na divisão de classes, em constante oposição e concorrência podem contribuir para (im)possibilidade uma formação humana integral na educação de jovens e adultos? No primeiro capítulo iremos abordar como se configura a dualidade na acumulação flexível no final do século XX e início do século XXI na perspectiva educacional e produtiva. No segundo capítulo apontaremos as possibilidades, por meio da formação humana integral, na educação profissional, de alterar os rumos impostos pelo contexto social e profissional deste século. Quando as circunstâncias históricas das relações sociais e quando as classes dominantes buscam reduzir o trabalho humano a uma mercadoria, que tem seu valor definido no mercado de compra e venda da força de trabalho. As consequências criam (im)possibilidades para a formação humana integral, para a ascensão social e profissional dos sujeitos que precisam se adequar, se formar e se qualificar para trabalhar, para vender a sua força e trabalho e a partir daí construir sua existência. A concepção de formação humana integral e a relação trabalho e educação, apresentados neste ensaio, se apoiam nas discussões de autores como Moura; Lima Filho; Silva (2012); Ciavatta (2005), Frigotto (2001); Manacorda (2013); Ramos (2016) e Alves (2014).

Palavras-chave: Formação politécnica, Formação humana integral, Educação profissional.

Introdução

Este ensaio busca a concepção de formação humana integral na relação trabalho e educação no contexto econômico, educacional e social tendo como recorte temporal o final do século XX e início do século XXI. Para tanto o texto está organizado em torno de duas partes: no primeiro capítulo iremos abordar a como se configura a dualidade na acumulação flexível na década de 1990 a 2000, na perspectiva educacional e produtiva. E no segundo capítulo apontaremos as possibilidades, por meio da formação humana integral na educação profissional, de alterar os rumos impostos pelo contexto social e profissional nesse período.

No final do século XX e início do século XXI, as políticas educacionais se caracterizavam pela desintegração do Ensino Médio. Consequência do processo de

globalização, no contexto econômico e político, guiadas pelas regras do neoliberalismo. Tal concepção de educação profissional para os jovens e adultos, era pautada pelo o que vinha acontecendo no final do século XX no país, na década de 1990, “a teoria do “desenvolvimento dependente e associado”¹, de FHC, como fundamento ideológico da experiência neoliberal no Brasil” (RAMOS, 2016, p.119, grifo da autora).

Em 1996 no governo Fernando Henrique Cardoso existe a concepção de reformulação do antigo ensino técnico; 1ª versão se chamou de Reforma do Ensino Técnico, corporificando o Projeto de Lei PL 1.603/96, que trazia em seu conteúdo, implicitamente a extinção do ensino técnico em nível médio, que resultou na criação da Lei 9.394 de 23/12/1996, intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No texto que aprova a nova LDB – Lei 9.394/96 – retoma-se a dualidade; educação profissional e educação geral; instituindo um sistema Nacional de Educação Profissional, em “articulação” com o ensino médio.

Para conferir, segundo o que se pregava na época, mais liberdade e flexibilidade, foi sancionado por Fernando Henrique Cardoso, o Decreto 2.208/97, que desarticulou a educação profissional da educação básica. “uma visão estritamente mercadológica, em detrimento de formação mais abrangente e comprometida com a elevação da escolaridade do jovem e do adulto trabalhador” (CACHOS; MOURA, 2016, p.77). Em 1999, a Resolução CNE/CEB nº 4/99 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (em conformidade com a Lei Federal nº 9.394/96 LDB; Decreto 2.208/97 e com fundamento no Parecer 16/99).

Em 2004, foi revogado o Decreto 2.208/97 pelo Decreto 5.154/2004 que, entre outras questões, integrou a educação profissional a educação geral no ensino médio. Contudo,

Em nenhuma das perspectivas anteriores, os projetos de ensino médio e educação profissional estiveram centrados nos sujeitos. Sua função formativa esteve sempre, historicamente, subsumida ao caráter economicista da educação, que se tornou hegemônica na modernidade (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.31).

Paralelamente, a partir dos anos 2000, uma nova morfologia social na exploração do trabalho assalariado cresce nas empresas, com a utilização da terceirização ou subcontratação, constituição de uma nova precariedade salarial e intensificação do ritmo de trabalho (ALVES,

¹ Capitalismo dependente, definido por Florestan Fernandes (1968) quando os interesses do capitalismo hegemônico ultrapassam os limites de uma nação, subalternizando a burguesia local a burguesia de países capitalistas. No caso do Brasil, se caracteriza no governo FHC pela falta de um plano nacional de desenvolvimento próprio.

2014). A reestruturação produtiva das relações de trabalho traz consequência à formação profissional dos sujeitos, principalmente os estudantes que ainda não ingressaram em cursos de formação profissional em nível superior, jovens e adultos que precisam ingressar no mercado de trabalho antes de terminarem seus estudos na educação básica.

Se entendemos que para ter emprego, o sistema produtivo, exige qualificação, ou seja formação para o trabalho, no âmbito da educação profissional já na educação básica, urge discutirmos qual qualificação e qual formação profissional devemos buscar para esses jovens. Uma que atenda somente as exigências do modo de produção capitalista? Porque quando o único intuito é atender às demandas oriundas do modo de produção capitalista, fatalmente iremos tornar as condições dos jovens e adultos trabalhadores brasileiros ainda mais precárias: incertezas quanto ao futuro profissional, além da fragilidade quanto à possibilidade de manutenção do emprego.

Ou uma formação atenda também às necessidades de uma sociedade mais justa e igualitária? Que permita o desenvolvimento de sujeitos emancipados com a capacidade de modificar, para melhor, a realidade na qual estavam inseridos, que possam, segundo Ciavatta (2005), atuar de uma formação integrada, na superação da divisão social e histórica do trabalho?

Buscaremos no próximo capítulo trazer a discussão do que seja uma formação para o trabalho na perspectiva emancipatória dos sujeitos. Considerando que o trabalho é uma necessidade humana (pelo menos para a maioria dos jovens e adultos brasileiros) e que a formação para o trabalho é uma exigência para atender o atual sistema produtivo em constante mudança.

Metodologia

Este ensaio tem como tema central de estudo, a formação humana como possibilidade emancipatória de jovens e adultos trabalhadores do Brasil. Temos como dimensões de análise, discussão e recorte temporal: as mudanças ocorridas nas políticas educacionais na década de 1990 e o trabalho na década de 2000; a formação humana integral; e a qualificação para o trabalho. Trata-se de um texto de caráter discursivo, onde buscamos retratar como a formação profissional “sofre” o impacto das mudanças nas relações de emprego no início do século XXI e a busca pela formação humana integral como possibilidade de emancipação dos sujeitos e perspectiva de construção de uma sociedade igualitária.

Entendemos que a formação dos jovens na educação básica, deveria ser preparação para o exercício profissional, tendo o trabalho como principio educativo, no sentido

ontológico (na investigação teórica do ser), deveria apresentar os fundamentos da vida produtiva e as relações sociais que formam a sociedade. Possibilitar a compreensão das conexões da realidade social, cultural, tecnológica e artística, integrando as dimensões do trabalho.

Infelizmente dentro da lógica neoliberal, que se estabelece no Brasil, especialmente nas décadas de 1990 e 2000, períodos analisados neste ensaio, é o agravamento do desemprego; a desindustrialização pela automação; a transferência dos empregos para locais onde a mão de obra é mais barata e as leis trabalhistas mais flexíveis, situações que tornaram ainda mais crítica à sobrevivência da classe trabalhadora jovem no Brasil.

As necessidades sociais de educação e emprego dos jovens e adultos brasileiros ficaram ainda mais comprometidas neste período. As políticas educacionais do país não conseguiram e não conseguem entender e atuar para a efetivação da formação humana integral como possibilidade de mudança da realidade. Por não termos no país, um modelo de desenvolvimento econômico próprio, nos tornamos dependentes da economia externa, colocando-nos como coadjuvantes no mercado mundial e tendo as políticas sociais como tema de menor interesse, penalizando ainda mais a classe trabalhadora formada pelos jovens brasileiros.

Resultados e discussão

A formação humana integral na educação profissional deveria ser considerada como uma possibilidade para uma sociedade mais justa. No entanto, a dinâmica que se configura no início do século XXI e final do século XX, no campo educacional e profissional, traz consequências que se estabelecem, especialmente nas camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira.

As competências a serem desenvolvidas e que garantem empregabilidade são as que o mercado reconhece como as que tornam cada trabalhador o máximo produtivo. O capital agora não só se interessa pela força física, mas também pelas qualidades intelectuais, emocionais e afetivas. De resto, o empregável tem a qualidade mercantil de ser flexível e de permanecer com garantia de emprego apenas enquanto funcional ao seu empregador (FRIGOTTO, 2009, p.75).

A classe trabalhadora precisava se adequar aos processos produtivos e às relações de trabalho que se modificavam, que passaram a exigir trabalhadores mais flexíveis, com

domínio de competências mais sofisticadas, intelectuais e emocionais, para resolverem problemas inerentes à sua atividade e atuarem na melhoria da produção.

Para reproduzir esse modelo, na lógica acumulação flexível, os sujeitos passaram a depender educação e qualificação para se tornarem “empregáveis”, para trabalhar se tornou imprescindível se qualificar.

Mas nem sempre foi assim, se buscarmos na história da humanidade, iremos perceber que os espaços institucionalizados de educação profissional são parte da formação humana e fruto das suas relações. As necessidades sociais e o mundo do trabalho viveram outros tempos, quando formar para o trabalho, para atuar, para produzir não era necessária escolarização. Nas comunidades primitivas os seres humanos se educavam no próprio ato de trabalhar e de se relacionar entre si, sem a necessidade de “instituições”. Os sujeitos aprendiam na medida em que trabalhavam, estabeleciam seu papel na comunidade e compartilhavam seus conhecimentos às próximas gerações na própria prática diária.

Foi na medida em que se alterou o modo de produção: do sistema artesanal, à industrialização e à tecnologia, que a formação para o trabalho foi se tornando necessária para a máxima produção. A necessidade de educação profissional formal se configura na relação ‘trabalho e educação’, na medida em que se desenvolveu a propriedade privada, o desequilíbrio social, a industrialização. Segundo Moura; Lima Filho; Silva, (2012), foram às transformações sociais, que não aconteceram de forma mecânica e sim dentro de uma relação dialética de forças em disputa na sociedade, na divisão da sociedade em classes e na divisão técnica do trabalho dentro da estratégia capitalista de produção, que a formação para o trabalho passa a ser essencial.

O trabalho foi dividido em pequenas tarefas, o trabalhador não mais controla o que faz, perdeu o domínio de todas as etapas do processo, ao contrário do que acontecia nas sociedades primitivas. Segundo Moura; Lima Filho; Silva, (2012), a tarefa simplificada resulta em necessidades diferentes que ultrapassam as habilidades de produção. Foi com o advento da propriedade privada e na divisão social do trabalho, que a formação para o trabalho vai acontecer de maneira diferenciada, uma educação para formar os que irão comandar e uma educação para os que vão somente executar. A produção separou o trabalho manual do trabalho técnico, o trabalho simples do trabalho complexo, a cultura geral da cultura técnica, o que segundo os autores, desta desfragmentação do sistema produtivo, que se produziu uma educação, uma escola de seres unilaterais, mutilados, tanto as classes dos dirigentes como as classes subalternizadas.

A formação humana integral um caminho possível e necessário quando debates acirrados se desenvolvem em relação às exigências de qualificação e educação para o trabalho. Buscar a formação humana integral, não se trata de uma utopia e sim de uma necessidade de igualdade social. E é possível desde que, segundo Frigotto (2001), quando articulado com um projeto de Estado que seja radicalmente democrático e de desenvolvimento sustentável.

Mas o que vemos é que os estabelecimentos econômicos, políticos e educacionais da forma capitalista são fundamentalmente conflituosos, desarmônicos, contraditórios e marcados por crises. Por ter seus fundamentos na exploração e domínios de classes e grupos, “é a luta de classes que corporifica e constantemente tenciona e altera suas formas sociais correspondentes” (MASCARO, 1976, p.28).

Se a educação integral está posta para as pessoas em desenvolvimento, crianças e adolescentes, a educação ou formação integrada está posta para o trabalhador, que se encontra numa condição de exercício de atividades produtivas que requerem cada vez mais qualificação profissional. Aquela atua na constituição do ser em suas múltiplas dimensões, esta na formação do trabalhador de forma a integrá-lo critica e conscientemente no mundo do trabalho, no qual ele se constitui como sujeito criativo e não mero reproduzidor de comandos (AMORIM, 2016, p.14).

Se de um lado temos a necessidade de formar para o trabalho de maneira a integrar os sujeitos de forma crítica e consciente de outra nos deparamos com um sistema de educação e formação profissional que atendem somente à manutenção do sistema de exploração e alienação neoliberal em detrimento dos interesses e necessidades da classe trabalhadora, impossibilitando uma educação que permita construir os caminhos da superação da divisão social do trabalho.

Para Manacorda (2013) e nesta relação de educação, na própria contradição, que a perspectiva de uma escola média unitária, é apontada. Uma escola que possa educar dentro de uma orientação múltipla em relação às possíveis atividades profissionais que o jovem/adulto irá encontrar. Uma educação, formação para trabalho que alie teoria e prática, que possa preparar para as atividades complexas onde ciência, base de uma cultura geral se entrelaçam.

[...] escolas profissionais para toda atividade prática e sobre o círculo de cultura para toda atividade teórica, desenvolvido no início, na medida em que elas se teriam a permanente elevação da atividade profissional à atividade culturalmente atualizada (MANACORDA, 2013, p.185).

Uma “formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (CIAVATTA, 2005, p.2). Uma formação para o jovem e o adulto trabalhador que supere a visão de preparação do trabalhador para ações operacionais e simplificadas, garantir como direito, uma formação completa que permita aos sujeitos atuar como cidadão pertencente a um país, com capacidade de leitura de mundo e que esteja dignamente integrado a sua sociedade política.

Uma formação integradora para responder uma necessidade de formação humana, para atuação emancipatória dos sujeitos na sociedade e possibilitadora de atender “às necessidades do mundo do trabalho permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas, geradoras de valores, fontes de riqueza” (CIAVATTA, 2005, p.2). Uma educação básica e “de qualidade social, que engendra o sentido da emancipação humana e a melhor preparação técnica para o mundo da produção no atual patamar científico tecnológico” (FRIGOTTO, 2001, p.82).

Para Manacorda (2-13), uma formação para a capacidade de agir, ao mesmo tempo intelectual e manualmente – em um mundo contemporâneo, tecnicamente e industrialmente, onde as organizações educativas unitárias estejam vinculadas às instituições produtivas culturais da sociedade adulta.

[...] o conhecimento das leis da natureza e da sociedade e, do ponto de vista moral, o hábito de um sistema de vida harmonicamente equilibrado é, portanto, em última instância, o princípio educativo unitário que, marxianamente, Gramsci aponta (MANACORDA, 2013, p.315-316).

Manacorda (2013) nos conta que Gramsci em seus escritos, faz um convite à ação, onde estas ações possam ir acontecendo aos poucos e a partir disto poder chegar à condição de generalizar para a satisfação de uma instrução desinteressada que leve o estímulo e o progresso intelectual, onde os sujeitos sejam educados não para serem homens de uma única atividade, mas sim para serem sujeitos completos e não meros instrumentos que permitam ao capital reproduzir seu sistema de exploração e alienação.

Uma formação que compreenda as relações sociais, que consiga alcançar, a compreensão da historicidade que norteiam o debate organização do trabalho para a formação integrada de jovens e adultos trabalhadores que, segundo Ciavatta (2005), por força da apropriação privada, passam a pertencer a uma parte considerável da humanidade, sujeitos

relegados a atividades precarizadas, desemprego, subemprego, perda de identidades e vínculos sociais.

A possibilidade de formar sujeitos completos, esta na busca de uma relação positiva entre educação e instrução, entre escola humanística e a escola profissional, educação integral e politécnica, que forme sujeitos autônomos protagonista da sua cidadania ativa. E para se alcançar o objetivo de uma formação emancipatória dos sujeitos, a educação geral e profissional, demandará que os processos se articulem organicamente nas relações sociais e produção, nas relações políticas e nas relações culturais e educativas. Isto implica, para Frigotto (2001) em lutar no campo político e social e educativo, sem constrangimentos, na busca de reiterar uma educação básica que seja, unitária, laica, gratuita e universal, que tenha a centralidade na ideia do direito subjetivo dos sujeitos.

O primeiro pressuposto da formação integrada é um projeto social onde as diversas instâncias responsáveis pela educação (governo federal, secretarias de educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho. Mas, se a educação de jovens e adultos não pode ser reduzida às necessidades estritas do mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência, os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais não é um dado desprezível, pelo contrário, é parte do processo educativo (CIAVATTA, 2005, p.14).

E para manter cada qual cumprindo o seu papel, instituições educacionais e as práticas pedagógicas devem se distanciar cada vez mais da possibilidade de uma formação para que atenda somente aos interesses do modo de produção capitalista. Que não coloque os sujeitos como os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou insucesso profissional e social, sem, contudo, ter acompanhado às exigências de qualificação permanente um modelo de desenvolvimento econômico que equalize as condições e perspectivas profissionais de desenvolvimento humano e social para todos os jovens e adultos brasileiros.

Conclusões

O trabalho é fonte vital da existência humana desde os primórdios, os seres humanos sobreviveram do trabalho, da modificação da natureza, para a construção da sua própria existência. O trabalho era realizado pela comunidade tendo seu resultado compartilhado por todos os membros, as pessoas se educavam e se relacionavam no próprio ato de trabalhar.

Mas com a divisão social do trabalho podemos perceber uma importante modificação na dinâmica social e na preparação para o trabalho. Se antes tínhamos uma sociedade onde todos trabalhavam para construir sua existência, passamos a ter um contexto social onde existem os que trabalham para sobreviver e os que sobrevivam do trabalho alheio. Disto resulta a exploração da força de trabalho, que vai se “sofisticando” ao longo do tempo e na necessidade de educação formal para o trabalho, que também não acontece de maneira igualitária para todos.

Se considerarmos as mudanças ocorridas no processo produtivo: do trabalho artesanal, da industrialização ao incremento da tecnologia, podemos verificar a ocorrência de profundas transformações na estrutura do trabalho, que resultaram no aumento das características humanas e técnicas para atender o perfil “desejável” para estrutura do trabalho do século XXI.

O capitalismo global praticamente hipotecou o futuro de muitos jovens e adultos que “cumpriram” com tudo aquilo que a ordem burguesa receitou (estudo, diploma, qualificação) “para obterem o sucesso, mas não encontraram um “lugar ao sol”, com a incapacidade do próprio sistema de incluí-los como força produtiva” (ALVES, 2014. p.186).

São as contradições sociais e econômicas refletidas no campo educacional, na educação de qualidade como privilégio de alguns segmentos, na lógica fundamentada pela distribuição desigual do capital. Vincula-se a educação, a capacitação profissional e a ascensão acadêmica como a “chave” das boas oportunidades profissionais sem um plano de desenvolvimento econômico próprio. A “lógica” da escolarização, na ordem burguesa, não pode simplesmente hipotecar os sonhos e expectativas da juventude proletariada do país.

As políticas educacionais no Brasil devem colocar a formação humana integral como princípios norteadores da educação básica e profissional, como um direito a ser defendido e como bem social a ser universalizado. O acesso à escola e à profissionalização deverá acontecer como possibilidade real do aumento das chances de melhoria social dos sujeitos. Não podemos permitir que os estudantes, das classes populares sejam encaminhados para cursos desprovidos de qualidade e utilidade social dentro de tipo de “determinismo profissional” ou qualificação, desconectadas com as necessidades do mundo do trabalho e melhoria das condições sociais.

Sabemos que se trata de um contexto complexo, onde os vínculos entre formação e emprego e desenvolvimento social, se dão em um ambiente que depende não tão somente da qualidade do ensino ou tipo de oferta de profissionalização. Pesa a situação e tipo de desenvolvimento econômico do país para termos as possibilidades reais de desenvolvermos

uma educação que possibilite a formação humana integral dos jovens e adultos brasileiros. Contudo, esta é uma luta de todos.

Referências

ALVES, G. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque do capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

AMORIM, R. de F. Educação Profissional e formação integrada do trabalhador na legislação brasileira: avanços, retrocessos e desafios. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 10, p. 12-21, jun. 2016.

CACHO, M. V; MOURA, D. H. Planos Nacionais de Educação: travessias da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 10, p. 75-84, jun. 2016.

CIAVATTA, M. F. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. In: Ensino Médio integrado: Concepções e mudanças. FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. F; RAMOS, M. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. F.; RAMOS, M. Ensino Medio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p.27-41, jan./jun. 2011.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p.71-87, jan./jun. 2001.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.67-82, set. 2009.

MANACORDA, M. A. **O principio educativo em Gramsci: Americanismo e Conformismo**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

MASCARO, A. L. **Estado e Reforma Política**. São Paulo: Boitempo, 1976.

MOURA, D. H; LIMA FILHO, D; SILVA, R. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**, In: Anais: 35ª Reunião anual da ANPED: Porto de Galinhas, 2012.

RAMOS, M. Projetos Societários em disputa no Brasil Contemporâneo: a universalização da educação básica e a educação profissional. In: MOURA, D. H. (Org.). **Educação Profissional: desafios teóricos-metodológicos e políticas públicas**, Natal: IFRN, 2016. p.117-140.